



A institucionalização de um saber linguístico brasileiro: o IHGB e sua revista

The institutionalization of a Brazilian linguistic knowledge: the IHGB and its journal

Dantielli Assumpção Garcia*
UNIOESTE

Resumo: *Este trabalho analisa como um saber linguístico se constituiu na Revista do Instituto Histórico Brasileiro no período de 1839-1889, documentando e institucionalizando um saber sobre os indígenas e suas línguas no Brasil do século XIX.*

Palavras-chave: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Saber linguístico.*

Abstract: *This work analyzes how linguistic knowledge was constituted in the Revista do Instituto Histórico Brasileiro in the period 1839-1889, documenting and institutionalizing knowledge about the indigenous people and their languages in Brazil in the 19th century.*

Keywords: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Linguistic knowledge.*

Dizeres iniciais

Neste texto, dividido em três momentos, filiado à Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas,

objetivamos refletir sobre o processo de institucionalização/documentação de um saber linguístico brasileiro efetuado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Brasil do século XIX e divulgado em sua revista (RIHGB).

Inicialmente, exporemos sobre a constituição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e quais eram suas principais bases de trabalho. Em seguida, explicitaremos um gesto de documentação de um saber linguístico organizado/documentado na RIHGB no período de 1839-1889. Por fim, analisaremos o texto “Memoria sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil”, de Francisco Adolfo Varnhagen, publicado na RIHGB no ano de 1841, mostrando como essa publicação funda um discurso civilizador sobre o indígena no Brasil do século XIX e inscreve os trabalhos vindouros da RIHGB.

1. A fundação de uma instituição: o IHGB

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 a partir das propostas de Januário da Cunha Barbosa e de Raymundo José da Cunha Mattos apresentadas à SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional). No texto de abertura da RIHGB nº 1 (*Breve Noticia Sobre a Creação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, dividido em “Proposta” e “Bases”), noticia-se a criação do IHGB, salientando o pedido de aprovação à SAIN. O Instituto Histórico surge, desse modo, como uma filial da referida Sociedade. Raimundo Mattos e Januário da Cunha apresentam uma proposta ao conselho da SAIN em 18 de agosto de 1838. Essa proposta é aprovada em 19 de outubro do mesmo ano e o IHGB passa a funcionar em 21 de outubro de 1838, ocupando provisoriamente as instalações da SAIN:

Em sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, de 18 de agosto deste anno [1838], leu o seu primeiro secretario, marechal Raymundo José da Cunha Mattos, uma proposta, por ele assignada e também pelo secretario adjunto o cônego Januario da Cunha Barboza, para a criação de um Instituto Historico e Geographico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, pedindo que se obtenha a

necessária aprovação da Assembléa geral da mesma sociedade (RIHGB nº 1, 1839, p. 05).

Após essa nota inicial, apontam-se as finalidades e as bases do IHGB. Januário da Cunha e Raymundo Mattos têm como interlocutores os membros da SAIN. Seus interlocutores, nessa notícia, são esses membros, embora com a publicação do texto na Revista do Instituto, a leitura seja ampliada, já que o texto passará a ser lido agora também pelos membros do IHGB.

Os autores começam a proposta explicitando a importância das Letras. Os dizeres são marcados por um discurso da instrução. Essa instrução é a que ministrará “grandes auxílios á publica administração e o esclarecimento de todos os Brasileiros” (RIHGB nº 1, 1839, p. 05). Podemos notar uma relação entre as Letras e o poder público. O IHGB surge como uma instituição que, de alguma forma, contribuirá para essa instrução. Esta será uma proposta da Instituição como podemos ver no Artigo 1º dos Estatutos do IHGB:

Art. 1º O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e geographia do Imperio do Brazil; e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do **ensino publico**, logo que seu cofre proporcione esta despesa (RIHGB nº 1, 1839, p. 18).

Uma das propostas do IHGB é a divulgação da história e da geografia por meio do ensino público. Podemos perceber um discurso econômico, “logo que seu cofre proporcione esta despesa” (RIHGB nº 1, 1839, p. 18), que parece se constituir ainda como um obstáculo para que essa meta seja cumprida. Temos uma relação estabelecida entre o poder público e o poder privado, já que o IHGB era uma instituição que, no seu início, era mantida com as “doações” de seus membros. Vemos uma proposta do poder privado, embora seus membros sejam todos provenientes de cargos públicos, para o poder público. Com a fundação do IHGB, de algum modo, a sociedade começa a voltar um pouco sua atenção ao ensino, pensando na constituição de uma sociedade letrada,

a qual poderia se tornar o público dos trabalhos do IHGB e de outros trabalhos intelectuais que surgissem.

Nesse texto, podemos observar o discurso do iluminismo se fazendo presente. Por meio das Letras se “esclarece” os membros da Sociedade. Vejamos:

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes publicos é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o *merito* e os *talentos* devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre historia e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios á publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros (RIHGB nº 1, 1839, p. 05, grifos do autor).

Aqui, mostra-se a necessidade e a importância de uma Instituição como o IHGB que versará sobre a história e a geografia do Brasil e em que as Letras é um elemento “indispensável”. Vemos, nesse trecho, uma ambiguidade ao se falar sobre sociedade e membros. Que sociedade seria essa? É só o IHGB ou é toda a sociedade brasileira? São só os membros do IHGB ou os “membros” do Brasil? Há uma indistinção que nos leva a pensar que as letras “influem” na “firmeza” dos membros do IHGB, que elas adornam essa sociedade e não toda, já que as discussões somente serão feitas no IHGB e quem é convidado a participar é somente um grupo seletivo que foi aceito como membro por “mérito” e “talentos”. Temos, nesse recorte, mais uma vez sendo salientada a questão do público (“costumes públicos”, “felicidade pública”). O IHGB se funda sustentando uma discursividade marcada por uma forte relação com o poder público e com a sociedade da corte Imperial. Além disso, novamente temos explicitada a importância da instrução, que abre as “portas aos empregos”. Aqui, um deslocamento se produz em relação ao recorte anterior. Se, no primeiro, a instrução

“abre as portas” ao conhecimento da história e geografia, no segundo, ela “abre as portas” ao emprego.

Os autores apontam o reconhecimento da SAIN da ausência na Corte Imperial de uma sociedade como o IHGB e colocam:

Por isso, os abaixo assignados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional conhecendo a falta de um Instituto Historico e Geographico nesta Corte que principalmente se ocupe em centralisar immensos documentos preciosos, ora espalhados pelas provincias e que podem servir á historia e geographia do Imperio, tão difficil por falta de um tomo ou promptuario de que se possam aproveitar os nossos escriptores, desejam e pedem a sua prompta installação debaixo dos auspícios da SAIN (RIHGB nº 1, 1839, p. 05).

A meta do IHGB é a organização dos materiais dispersos sobre a história e a geografia do Brasil. O IHGB se constitui como um grande arquivo (“tomo”, “prontuário”), em que podemos ver uma memória do Brasil documentada. A partir dos textos documentados, os escritores da sociedade brasileira e internacional da época poderão compor uma história/geografia do Brasil. Essa meta é também ressaltada nas “Bases” do IHGB.

Essas bases orientarão os trabalhos do IHGB, seja de coleta dos materiais, seja de admissão dos membros. O texto é composto por nove bases. A primeira salienta a fundação do IHGB “sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora” (RIHGB nº 1, 1839, p. 06-07). A segunda mostra que os membros do IHGB “trabalharão na mesma casa em que ora trabalham os da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional” (RIHGB nº 1, 1839, p. 06-07). Isso é modificado em 1849, ano em que o IHGB passa a se localizar no 3º Andar do Paço Imperial. A terceira base novamente ressalta a finalidade do IHGB: “O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, colligir e methodisar os documentos históricos e geographicos interessantes à historia do Brazil” (RIHGB nº 1, 1839, p. 10). Em muitos trabalhos sobre o IHGB, argumenta-se que uma das metas do IHGB era construir uma história do Brasil. Não vemos essa proposta explicitada em

nenhuma das bases do IHGB e nem nos estatutos. O IHGB constitui-se como um lugar de memória em que podemos perceber o que se fazia/discutia no século XIX e nos séculos anteriores sobre o Brasil. Nas análises das RIHGB do século XIX, veremos que temos documentados textos de jesuítas, do Brasil Colônia entre outros. O que o IHGB funda é um discurso de coleta, de documentação sobre o Brasil e não uma história desse país. As bases 4, 5 e 6 falam sobre o modo de admissão dos membros. Nos estatutos, temos a divisão e o que era estabelecido a cada membro. Na estrutura interna do IHGB, observam-se as seguintes subdivisões: (1) sócios efetivos, (2) correspondentes, (3) honorários, (4) beneméritos; (5) presidente honorário. Aos *sócios efetivos*, era exigida residência na capital Federal e apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil; aos *correspondentes*, era requerida ou a mesma condição de idoneidade intelectual dos sócios efetivos ou a oferta de “um presente de valor” (RIHGB nº 1, 1839, p. 19) que se destinasse ao museu do Instituto, aos *honorários*, que teriam como condição, além de “idade avançada”, o “consumado saber e distinta representação” (RIHGB nº 1, 1839, p. 19); os *beneméritos* eram os sócios efetivos por serviços relevantes que viriam a se tornar merecedores de tal distinção, ou pessoas que tivessem feito doações de “10\$000 a título de jóia” (RIHGB nº 1, 1839, p. 19) quando recebessem seu diploma, e pago “a somma de 3\$000 em cada semestre para ocorrer as despesas do Instituto” (RIHGB nº 1, 1839, p. 19); e por fim, o título de *presidente honorário*, só conferido ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações (RIHGB nº 1, 1839, p. 19). Podemos notar como os critérios para a seleção dos membros são bastante heterogêneos. Temos desde critérios espaciais até critérios econômicos. Na sétima base, mostra-se que a SAIN é que determinará as datas das reuniões do IHGB, isso para que não haja um choque entre as reuniões das duas instituições. Na oitava base, temos: “A Sociedade Auxiliadora, como mãe do Instituto Historico e Geographico, facilitará todos os meos a seu alcance de que possa precisar esta filha, que também da sua parte concorrerá com todas as suas faculdades para sua maior gloria e prosperidade, ficando por isso em comum os archivos e bibliotecas, tanto de uma como de outra sociedade” (RIHGB nº 1, 1839, p. 06). Na base 9, apontam-se as relações do IHGB. Ressalta-se com quais instituições o IHGB “abrirá correspondência” (RIHGB nº 1, 1839, p. 07). Aqui, aponta-se claramente que umas das instituições com a qual

o IHGB manteve contato foi o Instituto Histórico de Paris. O IHP legitima a fundação do IHGB, além de dar prestígio aos membros do IHGB que também faziam parte do IHP. Temos uma paráfrase em relação aos nomes das instituições. Os dois institutos versarão sobre história, mas o IHP objetiva constituir uma história universal, enquanto o IHGB almeja documentar uma história nacional e uma história das províncias do Brasil. Há uma questão espacial (geográfica) que aparece no nome do IHGB. Em virtude da dimensão do território brasileiro, os aspectos geográficos são fundamentais para se pensar na história do país, enquanto, no IHP, existe uma unidade dada pelo território denominado Paris.

Os autores encerram esse texto inicial, apontando o quão patriótico e glorioso é o gesto de fundar uma Instituição como o IHGB: “São estas as principais bases que os dois abaixo assignados, membros do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e do Instituto Historico de Pariz, ambicionando patrioticamente a gloria de uma tao util quanto indispensavel instituição nesta corte” (RIHGB nº 1, 1839, p. 07). Vemos mais uma vez o discurso sendo direcionado para a Corte Imperial.

Finalizando o texto de Januário da Cunha e Raymundo Mattos, a SAIN discorre sobre a fundação do IHGB. Não se aponta quem é o autor da SAIN que escreve esse texto. Temos um enunciador geral que enuncia em nome da SAIN. Nesse texto, mostram-se as datas em que a SAIN aprovou a ideia de criação do IHGB. Ressalta-se a importância para a pátria e também para seus membros. Podemos notar aí a constituição de um discurso nacionalista/patriótico: “... e louvados na acta desta sessão os seus proponentes – pela Idea da criação de um Instituto, do qual grandes vantagens se devem esperar em prol da pátria e para gloria de seus membros” (RIHGB nº 1, 1839, p. 07). Temos o uso de uma oração coordenada aditiva introduzida pela partícula *e*. Essa coordenação marca dois dos objetivos primordiais do IHGB que eram: elaborar um dizer sobre a pátria e servir como instrumento de “glória” para seus membros. Vemos aqui uma mistura de interesses em relação à criação do IHGB. Há desde interesses patrióticos até interesses pessoais, esses interesses sendo perpassados pelo academicismo que surgia na época.

Além disso, nesse texto, nomeiam-se os primeiros membros do IHGB que comporão o conselho do Instituto, as comissões de história,

de geografia, de fundos e de redação da Revista. Podemos perceber que todos os membros efetivos indicados trabalham no poder público e têm alguma relação com o governo imperial. Os membros, com sua atividade dentro do IHGB e na sociedade brasileira, eram os seguintes:

- Visconde de São Leopoldo: Presidente do IHGB, Conselheiro do Estado e Senador do Império.
- Raymundo José da Cunha Mattos: Vice Presidente do IHGB, Diretor da Secção de Geografia, Conselheiro e Presidente da Câmara dos Deputados, Marechal.
- Candido José de Araújo Vianna: Vice Presidente do IHGB e Diretor da Secção de História, Conselheiro e Desembargador, mestre do Imperador e Presidente da Câmara dos Deputados.
- Januário da Cunha Barbosa: Primeiro Secretário Perpétuo do IHGB e diretor da comissão dos estatutos, da redação da Revista, da biblioteca e arquivo, Cônego e Pregador da Catedral e Capela Imperial, Professor Público de Filosofia Racional e Cronista do Império.
- Emilio Joaquim da Silva Maia: Segundo Secretário, Membro da Comissão de História do IHGB, Doutor em Medicina e em Ciências Naturais e Professor (“lente”) do Colégio Pedro II.
- Pedro de Alcântara Bellegarde: orador do Instituto, Major do Imperial Corpo de Engenheiros e Professor da Academia Militar.
- José Lino de Moura: Tesoureiro e Diretor da Comissão de Fundos do IHGB, Contador da Caixa de Amortização da Dívida Pública.
- Antonio Alves da Silva Pinto: Membro da Comissão de História do IHGB, Doutor em Leis.
- José Silvestre Rebello: Membro da Comissão de Geografia, Negociante.
- Conrado Jacob de Niemeyer: Membro da Comissão de Geografia, Brigadeiro do Imperial Corpo de Engenheiros.
- Thomé Maria da Fonseca: Membro da Comissão de Fundos, Administrador da Recebedoria do Município da Corte.

- Alexandre Maria de Mariz Sarmento: Membro da Comissão de Fundos, Oficial Maior da Contadoria Geral da Revisão no Tesouro Público Nacional.
- José Marcelino da Rocha Cabral: Membro da Comissão de Redação da Revista, Doutor em Direito.
- Antonio José da Paiva Guedes: Membro da Comissão de Redação da Revista, Oficial Maior da Secretaria do Estado dos Negócios do Império.

Como podemos notar, os membros do IHGB têm uma vida pública, exercendo cargos no Governo Imperial. Há, no interior do IHGB, o poder religioso, o poder militar, o poder político, o poder econômico. Temos diversos poderes constituindo a corte da época. Percebemos que a elaboração/coleta de saberes sobre o Brasil não é realizada por sujeitos especialistas nas ciências humanas, são diversos saberes que colaboram para a constituição de um dizer. Podemos afirmar que temos, na Instituição, um sujeito polígrafo que escreve sobre diversos campos de saber.

No *Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, marcam-se bem quais eram as funções e finalidades do IHGB. Esse *Estatuto* é composto por 37 artigos. No entanto, no texto publicado na RIHGB n° 1, do artigo 7° pula-se para o artigo 31°. Em nenhum outro texto, temos todos os artigos publicados. Desse modo, registrados na Revista temos do artigo 1° ao 7° e depois do artigo 31° ao 37°. O *Estatuto* é dividido em quatro capítulos, embora falte o terceiro no texto. Os capítulos são: (i) *Fim e objecto do Instituto*; (ii) *Organização do Instituto*; *Admissão e deveres de seus membros* e (iv) *Das assembléas geraes administrativas, e da ordem dos seus trabalhos*. Aqui, organizam-se em artigos as propostas já feitas no texto que noticia a criação do IHGB. Gostaríamos de salientar o artigo 3°. Nele, fala-se sobre a Revista do IHGB. Somente nesse momento temos uma descrição do que é a revista do Instituto. Vejamos:

Art 3° Publicará de tres em tres mezes um folleto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o titulo seguinte – *Revista trimensal de história e geographia, ou jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no*

Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional – Nesta revista se publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes á história e geographia do Brazil, e assim tambem as noticias ou extractos de história e geographia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionaes, precedendo a respeito dellas o relatório de uma comissão do seu seio, para esse effeito nomeada (RIHGB nº 1, 1839, p. 18).

Nesse artigo, temos a estrutura da revista descrita. Salientam-se que tipos de textos poderão ser encontrados na Revista: atas, memórias, notícias ou extratos de história e geografia. Em relação à RIHGB, só temos esse artigo nos Estatutos, não se discorre, nesses outros textos introdutórios, sobre a RIHGB. Acreditamos que um saber sobre a RIHGB vai sendo produzido por meio do próprio gesto de leitura/constituição da Revista. No gesto de leitura, é possível dizer sobre o que a Revista fala, como ela constitui seu discurso.

2. O saber linguístico na RIHGB

A RIHGB documentou¹, como já mostramos em Garcia e Nunes (2011) em relação a um saber linguístico brasileiro, no período de 1839-1889, os seguintes textos:

Domínio da Letra

- A Lingua Geral do Amazonas e o Guarany – Observações sobre o alfabeto indígena, João Barbosa Rodrigues, 1888, Suplemento, p. 73-110.

Domínio da Palavra

- Discurso sobre a palavra Brazil, José Silvestre Rebello, 1839, p. 232-237.

- Discurso sobre a palavra Brasil, José Silvestre Rebello, 1840, p. 636-641.
- Collecção de Etimologias Brasilicas, Francisco dos Prazeres Maranhão, 1846, p. 69-81.
- Questões Americanas, Joaquim Caetano da Silva, 1863, p. 269-300; 1866, Parte Segunda, p. 5-35.
- O nome da América será americano?, Candido Mendes de Almeida, 1876, Parte Segunda, p. 191-210.
- Notas para a historia da Patria. Quarto Artigo. Porque razão os indígenas de nosso litoral chamavam aos franceses de *mair*, e aos portuguezes *peró*?, Candido Mendes de Almeida, 1878, Parte Segunda, p. 71-142.
- Tradição sobre a palavra Brazil, Ricardo Gumbleyton Daunt, 1884, Parte Primeira, p. 119-120.

Domínio do Comentário Linguístico

- História dos indios cavalleiros, ou da nação Guaycurú, Francisco Rodrigues do Prado, 1839, p. 21-44.
- Extracto de um manuscrito que se conserva na Bibliotheca de S. M. o Imperador e que tem por título – Descrição Geographica da America Portuguesa, sem autor, 1839, p. 156-177.
- Thezouro descoberto no Maximo Rio Amazonas, João Daniel, 1840, p. 329-374, 459-512; 1841, p. 39-52, 158-183, 282-296, 422-456.
- Memoria sobre as nações gentias que habitam o continente do Maranhão, Francisco de Paulo Ribeiro, 1841, p. 184-197.
- Qual era a condição do sexo feminino entre os indigenas do Brazil?, José Joaquim Machado de Oliveira, 1842, p. 168-201.
- Observações ou notas illustrativas dos primeiros tres capitulos da parte segunda do Thezouro descoberto no Rio Amazonas, Antonio Ladisláo Monteiro Baena, 1843, p. 275-311.
- Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na Província do Mato Grosso, José da Silva Guimarães, 1844, p. 297-317.

- Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes, Ricardo Franco de Almeida Serra, 1845, p. 204-218.
- Artigo extrahido do “Panorama”, sem indicação de autor, 1845, p. 524-533.
- Notícia raciocinada sobre as aldeãs de índios da provincia de S. Paulo, desde seu começo até a actualidade, José Joaquim Macedo de Oliveira, 1846, p. 204-250.
- Informação dos casamentos dos índios do Brasil, José de Anchieta, 1846, p. 254-262.
- Relatorio da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos, Vitor Reinault, 1846, p. 356-375.
- As villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury, e aos rios Mucury e Peruhipe, Hermenegildo Barboza d’Almeida, 1846, p. 425-452.
- Os orizes conquistados ou noticia da conversão dos indômitos Orizes Procazes povos habitantes e guerreiros do Sertão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica e á obediencia da Coroa Portugueza, Joseph Freire de Monterroyo Mascarenhas, 1846, p. 494-520.
- Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763, João de S. José, 1847, p. 43-107, 179-227, 328-375, 476-527.
- O Caramuru perante a historia, Francisco de Adolfo Varnhagen, 1848, p. 129-152.
- Memoria a respeito dos rios Raures, Branco da Conceição, de S. Joaquim, Itomas e Maxupo, Francisco José de Lacerda e Almeida, 1849, p. 106-119.
- Dissertação historica, ethnographica e politica sobre as tribos aborígenes que habitavam a provincia da Bahia ao tempo em que o Brazil foi conquistado, sobre suas matas, madeira e animaes que povoam etc, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, 1849, p. 143-257.
- Carta ethnographica indigena, línguas, emigrações e archeologia, padrões de marmore dos primeiros

- descobridores, Francisco Adolfo Varnhagen, 1849, p. 366-376.
- Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz, Luiz Antonio da Silva e Souza, 1849, p. 429-510.
 - Relação Geographica Historica do Rio Branco da America Portugueza, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, 1850, p. 200-273.
 - Continuação do parecer sobre os indios uaicurús, guanás, Ricardo Franco de Almeida Serra, 1850, p. 348-395.
 - Memoria historica e documentada das aldeãs de Indios da Província do Rio de Janeiro, Joaquim Norberto de Souza Silva, 1854, p. 109-552.
 - Amazonas, Antonio Gonçalves Dias, 1855, p. 5-70.
 - Noticia sobre os selvagens de Mucury, Theophilo Benedicto Ottoni, 1858, p. 173-215.
 - Os cayapós. Sua origem, descobrimento, accometimentos pelos mamelucos; represalia, meios empregados com violencia e com arma em punho para subtrair-os as mattas, esses meios substituidos pelos de brandura; seus beneficios resultados; aldeamento; conclusão, Machado Vieira, 1861, p. 491-524.
 - Diario da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao Rio Paranan, Camilo Leite da Silva, 1865, Parte Primeira, p. 5-31.
 - Noticia da situação de Matto Grosso e Cuyaba, estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamante, José Gonçalves da Fonseca, 1866, Parte Primeira, p. 352-390.
 - Memoria e considerações sobre a população do Brasil, Henrique Jorge Rebello, 1867, Parte Primeira, p. 5-42.
 - Noticia etnonologica sobre um povo que já habitou a Costa do Brazil, bem como o seu interior, antes do diluvio universal, Carlos Rath, 1871, Parte Primeira, p. 287-292.
 - Archeologia. Relíquias de uma grande tribu extinta, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, 1876, Parte Segunda, p. 51-64.

- Estudos sobre a tribo Mundurucu, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, 1877, Parte Segunda, p. 73-161.
- Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes, José Silvestre Rebello, 1882, Parte Segunda, p. 327-340.
- Diario da viagem philosophica pela capitania de São Jose do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira, 1887, Parte Segunda, p. 11-141.

Os textos no *Domínio da Letra* refletem sobre a distinção entre letra e som e buscam estabelecer uma representação ortográfica para os sons das línguas. No *Domínio da Palavra*, trabalha-se a noção de palavra, além de delimitar a significação dos itens lexicais. Aponta-se também a etimologia, objetivando indicar a origem das palavras, bem como uma história do item lexical, filiando-se a um estudo documental. O *Domínio do Comentário Linguístico* é um pouco diferente dos demais. Ele se constitui no interior de textos sobre a história, a geografia e a etnografia do Brasil. Nesses textos, é trazido, às vezes, algum comentário sobre as línguas do Brasil. Esses comentários versam sobre aspectos fonéticos, etimológicos e até mesmo sobre a significação das palavras. Em alguns momentos, também se nomeiam coisas e seres. Nesses textos, temos a construção de um saber enciclopédico. Por fim, no *Domínio dos Instrumentos Linguísticos*, apresentam-se os instrumentos linguísticos (dicionários) coletados e documentados pela RIHGB. Todos os textos selecionados tocam em algum desses domínios do saber linguístico. As teorias que estão permeando esses estudos publicados nas RIHGB são a *Gramática Comparada*, a *Gramática Histórica* e a *Filologia*.

Temos também alguns textos que são permeados por esses três domínios. Esses textos buscam falar sobre a estrutura da língua (aspectos fonéticos, ortográficos, morfológicos), a significação, a história das palavras, além de descreverem ou os indígenas ou o território nacional. São estes os textos que fazem parte do **domínio do tratado gramatical**:

- Memoria sobre o descobrimento da Colonia de Guarapuava, Francisco das Chagas Lima, 1842, p. 43-64.

- Brasil e Oceania, Antonio Gonçalves Dias, 1867, Parte Segunda, p. 5-192, 257-541.
- Ensaio de Antropologia. Religião e raças selvagens, José Vieira Couto Magalhães, 1873, Parte Segunda, p. 359-516.
- Um manuscripto Guarany, Antonio de Joaquim de Macedo Soares, 1880, Parte Primeira, p. 165-190.
- Questões propostas sobre alguns vocabulos da lingua geral braziliana, Francisco Freire Allemão, 1882, Parte Segunda, p. 351-362.

Como podemos notar, diversos são os textos que falam sobre as línguas indígena e esses funcionam por meio de um discurso linguístico/científico, o qual busca caracterizar a produção de um saber linguístico nos domínios: (i) da fonética/ortografia, (ii) da palavra, (iii) do comentário linguístico, (iv) da gramática e (v) dos instrumentos linguísticos.

Na RIHGB, há a publicação de um texto de Francisco Adolfo Varnhagen que consideramos como o fundador de uma discursividade que inscreverá esses trabalhos documentados na RIHGB. O texto *Memoria sobre a necessidade do estudo e do ensino das linguas indigenas do Brasil* (RIHGB nº 3, 1841) apresentará um programa para o estudo das línguas indígenas do Brasil. Esse texto funda um discurso civilizador sobre o indígena na RIHGB que será retomado em vários outros trabalhos da RIHGB.

É sobre esse trabalho documentado na RIHGB que passamos agora a analisar.

3. As línguas indígenas do Brasil: ciência, civilização e disciplinarização

O texto de Francisco Adolfo Varnhagen, *Memoria sobre a necessidade do estudo e do ensino das linguas indigenas do Brasil*, foi publicado na RIHGB em 1841. Nesse texto, Varnhagen discorre sobre o porquê do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil. Inicialmente, o autor traça um percurso histórico mostrando que o tema discutido não é “novo” e que já percorreu a história do Brasil desde os missionários jesuítas. A relação estabelecida entre Varnhagen e os

jesuítas é uma relação de acréscimo, de deslocamento. Varnhagen traz a seu discurso os dizeres dos jesuítas para fundar uma outra discursividade:

O objecto que este só titulo lembra nada tem de novo: os missionários lhe deram a consideração conveniente e o puzeram em pratica ja ha tres seculos, e modernamente muitos escriptores tem feito despertar a necessidade do estudo das linguas indígenas como urgente em virtude da sua influencia na cathequese e civilisação dos Índios (RIHGB nº 3, 1841, p. 53).

Varnhagen, por esse trecho, apresenta o objetivo pelo qual o estudo das línguas indígenas se justifica: catequese e civilização dos indígenas. Essa finalidade, de modo geral, perpassará diversos textos da RIHGB durante o século XIX. O objetivo de saber a língua indígena está atrelado à dominação, à imposição da fé católica, da língua portuguesa e também à civilização.

No texto de Varnhagen, é possível ver uma passagem de uma FD religiosa para uma FD científica. O objetivo central das propostas apresentadas é a civilização dos indígenas. Orlandi (1990, p. 56), refletindo sobre a formação de um sentido para o brasileiro, coloca que esses sentidos se produzem por meio de um jogo entre formas de discursos:

o discurso de nossa história (nossa origem) é o discurso missionário que, por sua vez regido pelo religioso, produz entretanto uma etnografia, elidindo a história; b) por outro lado, ainda mostrando a dominância do discurso do conhecimento, o discurso sobre as línguas e sobre nomes de lugares, objetos e fatos é um discurso científico: o discurso linguístico (ORLANDI, 1990, p. 56).

No texto de Varnhagen, podemos notar como a civilização vai justificando o processo colonizador. Varnhagen aponta a questão da proibição imposta aos jesuítas de catequizarem os “índios” por meio da

língua indígena. Essa proibição foi feita por meio do Diretório dos Índios. Varnhagen coloca que:

E sem dúvida é, Senhores, que por tal intuito hade ser de grande auxilio á conversão do cathecumeno que este ouça na sua propria lingua as palavras de doçura que o devem attrahir e domar. Esta circumstancia não escapou ao sabio Concilio Tridentino, que ordenou de fazer lei o que já fora posto em pratica pelos apostolos e pelos cathecisadores de mais nomeada. E por isso impropriamente prohibiu a previsão do Conselho Ultramarino de 12 de Setembro de 1727, e depois o Directorio dos Indios do Pará, missionar nas linguas indigenas, e impor a obrigação aos parochos de pregar em portuguez (RIHGB n° 3, 1841, p. 53).

Varnhagen defende a catequização e a civilização do índio pela língua indígena. Conforme ele, para o “cathecumeno” soa mais “doce” ouvir a “conversão” em sua língua. Por isso, a necessidade do ensino e do estudo por parte daqueles que não sabem a língua indígena.

Após esses comentários iniciais, fazendo um panorama histórico sobre o estudo das línguas indígenas, Varnhagen discorre sobre a importância “atual” e para o futuro dessas línguas:

As nossas intenções devem ir mais longe, porque devemos olhar tanto para o presente como para o futuro. É para o bem da Historia e da Geographia, e de todos os ramos da litteratura que um dia hade ter este abençoado paiz, que eu, desde já aproveitando n’esta sessão a presença de tão esclarecido auditório, ousou a bem da philologia nacional reclamar, e em quanto é tempo, o estudo das linguas indigenas que fizeram sem contestação uma pequena reacção á lingua colonisadora antes de a deixar aclimatar (RIHGB n° 3, 1841, p. 54).

Traz-se ao texto de Varnhagen a questão da história, da geografia e da literatura nacional que, como indica o autor, ainda estão surgindo no Brasil. Para ele, os estudos sobre as línguas indígenas auxiliariam na preservação da nacionalidade. Esta representada pela filologia. É para a constituição de uma “filologia nacional” que Varnhagen reclama os estudos sobre as línguas indígenas. Os estudos filológicos terão uma forte relação com os estudos desenvolvidos pela RIHGB. No texto, passa-se de um discurso catequético para um discurso científico que é legitimado pela filologia e outras disciplinas que surgem no século XIX.

No interior do IHGB, podemos notar uma prática filológica que está relacionada à formação de uma história/geografia/literatura nacional. No Instituto, tem-se uma prática de documentação que busca datar um saber linguístico/histórico do Brasil. Além dessa filiação à filologia, podemos observar na RIHGB também um estudo sobre as ciências da linguagem. Há diversos estudos no domínio da fonética, da ortografia, da palavra. É o início da constituição das ciências da linguagem no Brasil. Esses estudos perpassam por um saber filológico que busca datar, historicizar a produção de um saber na RIHGB. É um estudo filológico, com a preocupação em descrever as línguas do Brasil em seus aspectos fonéticos, ortográficos, semânticos e lexicográficos.

É com o objetivo de mostrar as relações entre o presente e o passado de uma nação que se deve estudar o indígena nos dizeres de Varnhagen. O estudioso funda um discurso sobre as línguas indígenas do Brasil que se volta ao passado como uma maneira de legitimar uma prática no presente. É, na articulação entre o passado e o presente, que está a história de uma nação. Para Varnhagen:

Com effeito, se a lingua portugueza é filha tão carinhosa da latina, se teve grande affinidade com a provençal, se n'ella se encontram tantas raízes gregas, tantos vestigios arabicos, é igualmente incontestavel que no passar o Atlântico e plantar-se n'esta terra se locuplantou de vocabulos, uns deduzidos de metaphoras inspiradas pelas fortissimas impressões da natureza á imaginação ardente do portuguez, outros tomados aos indigenas, attenta a necessidade de dar representativos a novas idéas, exoticas plantas, e antes desconhecidos passaros, peixes e animaes

muitos nomes de rios, terras e até varias provincias, cidades e grande numero de povoações descendem além d'isso, ou antes effectivamente pertencem a idiomas indigenas, com a circumstancia unica de serem pronunciados por linguas estrangeiras não costumadas a dobrar-se para algumas novas articulações (RIHGB nº 3, 1841, p. 54).

Aponta-se nesse trecho a influência da língua indígena à portuguesa. Varnhagen faz questão de apontar que há fortes relações entre as línguas. A língua indígena nomeia a fauna, a flora brasileira, ademais, o espaço territorial brasileiro. Varnhagen aponta na continuidade de seu texto como se deu o contato das línguas indígenas, além de com a língua portuguesa, com a francesa, a holandesa e, modernamente, com a alemã. Aqui, mais uma vez, sendo explicitado um passado (antigo) e um presente (moderno) para os estudos das línguas indígenas. Enquanto os portugueses, os franceses e os holandeses fazem parte de um passado, os alemães fazem parte do presente, dos estudos modernos sobre as línguas:

Os Portugueses, Francezes, Hollandezes, e modernamente os Allemães, com orgãos da voz um pouco differentes dos Índios, não sabendo pronunciar nem tendo signaes para representar certas articulações de muitas palavras, introduziram na ortographia tal confusão que tem causado já no presente embarços e trabalhos, e mais deverão causar no futuro vindo talvez a ser necessário introduzir nos nomes indigenas alguns representativos próprios de certos sons, desconhecidos na lingua portugueza. Acerca de vários d'estes nomes já se levantam contestações quase só nascidas da falta de conhecimento das linguas a que elles originariamente pertencem, para deduzir etymologias, que mais ou menos sempre occupam a curiosidade dos estudiosos. O desejo de investigação, ligado aos talentos lançados no mundo para concorrerem ao aperfeiçoamento dos conhecimentos humanos,

faz muitas vezes deter o espírito perante obstáculos e abrolhos, que poderia achar aplanados se não tivesse havido quem despresasse circunstancias ephemeras. Tempo virá em que alguns acontecimentos contemporâneos, cujas causas e effeitos hoje seria facil conhecer, venham a ser assumptos de controversia, como já o são muitas nações acerca dos autocthones, principalmente as que derivam das suas linguas, que algum dia virão a ser tanto mais differentes de estudar, quanto mais tempo deixarmos correr (RIHGB nº 3, 1841, p. 54-55).

Varnhagen, de certo modo, faz algumas observações sobre a prática de escrita das línguas indígenas realizadas por outras nações. Estas provocariam “confusões” em termos de ortografia da língua indígena por usarem sons e letras (pronúncia e ortografia) de sua língua mãe. Mais uma vez Varnhagen aponta a necessidade de que sejam estudadas prontamente as línguas indígenas, uma vez que, com o passar dos tempos, mais alvo de controvérsias estas serão e talvez até desaparecerão:

Hoje é percebido que os autocthones d’este território pertenciam a uma geração, que já ia e vae decadente, e por tanto tambem a sua lingua. Porém além disso a guerra dos colonisadores foi a principio tal que, como se dizia no Pará, segundo o enérgico João Daniel, tempo virá em que se não hade conhecer que côr tinham os Indios: muito menos, acrescentamos, se conhecerão as suas linguas, usos e costumes, se d’isso não se cuidar quantos antes (RIHGB nº 3, 1841, p. 55).

Para isso, é necessário documentar as línguas indígenas, “examinar sua sintaxe”, propor sua ortografia. Varnhagen vai indicando alguns direcionamentos para o estudo das línguas do Brasil e questiona-se por que ainda o estudo dessas línguas não foi tão “sustentado”:

Ora, é sabido quanto esta [sintaxe das línguas indígenas] deve favorecer o conhecimento e

explicação dos nomes, tanto das sciencias naturaes como geographicas. Além disso se é incontestavel que se a lingua portugueza está necessitada de um systema orthographico feito na razão composta da analogia com a pronuncia, e approved por uma associação de literato, que imponha auctoridade, também se deve reconhecer que o Brazil demanda além disso um glossário especial dos vocabulos indígenas adoptados na linguagem vulgar, afim de acabar com os chãos que a tal respeito existe. Este glossário correrá porêm o risco de ser pouco seguro toda a vez que não seja feito por indivíduos versados nas linguas dos indígenas. Outra vantagem grande que se tirará d'este estudo para se entrar no conhecimento do verdadeiro numero de nações e tribus que tem pizado no território brasileiro. Muitos nomes analysados mostraram que elles não eram mais do que differentes alcunhas dadas por diversos povos circumvizinhos quasi sempre inimigos, e é por isso que tambem quasi sempre as mesmas alcunhas são desfavoraveis ao character das nações. Não quero fazer apologia das linguas indigenas para produzir mais argumentos em favor do seu estudo ha quem d' elle possuísse mais conhecimento do que eu facil seria mostrar que se tem algumas d'ellas muitos sons nasaes e gutturaes, e outras tem expressões vagas e que desconhecem o uso da escripta, (e como dissemos ora vão em decadência, do mesmo modo que os seus idiomas) por outro lado tambem alguns d'estes, doces e sonoros, como quasi todos os dos habitantes dos tropicos, são pela sua melodia proprios para o canto. Possuem abundancia de periphrazes que as fazem aviventadas e coloridas, e inquestionavel é que as onomatopéias em que abundam devem fazer a lingua propria para a poesia: se os Europeus e tambem os Americanos se dedicam ás línguas mortas, se na Europa e na Azia se mantem tantas aulas de Chim, e se estuda o Persiano, Sânscrito, o Egypcio, e outras línguas

orientaes; se em toda a Europa há tantas aulas de Hebraico e Chaldaico, e na sua parte Meridional, especialmente Portugal, Hespanha e França se cultiva tanto o Arábico, porque razão o Brazil, porque razão toda a America hade servilmente imitar a Europa sem olhar para as linguas indigenas, que são linguas vivas que tem emprestado tantas palavras, ás linguas colonisadoras, e o que mais é que o seu estudo e ensino poderá em resultado trazer ao estado social milhares de infelizes que se matam e devoram nos matos virgens (...) Na verdade, Senhores, porque motivo esta idea tal natural não tenha sido ha mais tempo suscitada e sustentada (RIHGB n° 3, 1841, p. 56-57).

Varnhagen faz uma comparação entre diversos países que estudam línguas mortas e são considerados como exemplos a serem seguidos e o Brasil que deve olhar para as línguas indígenas antes que estas se tornem mortas, desapareçam. Para o estudo da diversidade das línguas indígenas do Brasil, Varnhagen propõe que seja elaborado um glossário de vocábulos indígenas adotados na “linguagem vulgar”, isto é, um glossário que pudesse “acabar” com o “caos” que havia a partir do contato das línguas dos colonizadores com as línguas indígenas. Todavia, esse glossário deveria ser elaborado por sujeitos que saberiam as línguas indígenas. Os sujeitos, que seriam “versados” nessas línguas indígenas, seriam os brasileiros, membros do IHGB, os literatos nacionais. A justificativa para esse estudo está na produção de um conhecimento relativo às “tribos” do Brasil: quais são? quantas? Esse vocabulário auxiliaria também nas ciências (“naturais” e “geográficas”), bem como na constituição de uma literatura (arte, poesia) nacional relacionada à indígena. Varnhagen mostra alguns aspectos das línguas indígenas que seriam interessantes observar: os sons, a ortografia, as formas frásticas, as onomatopeias. Estas como elemento constituidor da poesia em língua indígena.

A todo o momento, Varnhagen direciona seu trabalho aos literatos (a tarefa literária do IHGB), como se estes fossem responsáveis pela produção de um saber sobre as línguas do Brasil. Na finalização desse recorte, Varnhagen aponta, mais uma vez, que as línguas indígenas

“emprestam” palavras às línguas colonizadoras. Ele faz uma ressalva em relação a essas línguas (indígenas) não serem consideradas “sábias” como as estudadas na Europa e na Ásia. Traz, em nota de rodapé, alguns comentários do Padre José de Anchieta e do Padre Figueira que salientam a legitimidade das línguas indígenas. Essas línguas são representadas pelo tupi antigo, ao qual “não falta um ponto na perfeição da praxe de nomes, verbos, declinações, conjugações activas e passivas” (RIHGB nº 3, 1841, p. 57). É o tupi antigo exaltado ao patamar das línguas clássicas, de línguas que devem ser estudadas para não serem esquecidas. Mais uma vez o moderno e o antigo no discurso da RIHGB. É o “antigo”, já legitimado, que dá estatuto a um fazer científico no século XIX.

Antes de apresentar as propostas ao IHGB relativas ao estudo e ensino das línguas indígenas, Varnhagen argumenta que:

Dê pois o Brazil e toda a America, e o mais breve possível, uma prova de adhesão ao seu continente, desprezando preocupações inveteradas, e promovendo por todos os meios o estudo das línguas indígenas, pelo menos até ellas estarem bem escriptas, e haverem as sciencias e as letras conseguido as idéas luminosas que seu estudo fornecerá. E os vindouros nos agradecerão mais esta introdução, do que se apenas se lhe conservassem aulas de Hebraico, grego ou latim a que todo o tempo se poderão novamente transplantar da Europa.

Mas eu, Srs., quase prevejo que a seriedade com que trato este assumpto, que julgo transcendente, poderá trazer para mim o escarneo da geração presente, que talvez julgará as minhas idéas só nascidas do gosto da novidade. Que o julguem não me importa. Espero e tenho que estas minhas palavras viverão mais algum tempo que eu, – do que nós todos! E então os litteratos decidirão algum dia que faces deverá o escarneo ter coroadado. Por mim não deixarei de concluir, lembrando que as ordens religiosas que na Europa salvaram preciosidades litterarias, e por ventura alguma língua antiga, e que com quanto muito

decadentes se conservam n'esta America com o principal intento de servir á cathequese dos Indios, são para este fim mui proprias, e parece que a Providencia cá as reservou para serem depositarias em seu seio dos thesouros das linguas dos indigenas, como o foram outr'ora os jesuítas, que do seu estudo nos deixaram provas por escripto.

E algum dia hade a benção de Deus descer sobre os missionarios que se interessarem pelo estudo d'estas linguas para a conversão dos indigenas, e fará que a duração das ordens religiosas, longe de ser precaria se reforce cada vez mais: o reconhecimento da patria virá ao governo esclarecido que a tal respeito providenciar, os litteratos bemdirão a memoria de todos os que cooperarem para bem das sciencias e das letras, e a humanidade reconhecida apregorá por mil boccas o reinado bem aventurado em que tantos dos seus membros passarem a gozar dos bens inherentes á sociedade e á civilização (RIHGB n° 3, 1841, p. 60-61).

Assim finaliza-se o texto de Varnhagen, justificando o porquê da importância do estudo das línguas indígenas. Aqui, Varnhagen, com um gesto patriótico, busca apontar os proveitos que a literatura, vista como a representação dos estudos sobre uma nação, poderá tirar no futuro do estudo do indígena. Com esse texto, Varnhagen funda uma discursividade sobre o índio que ecoará nos textos vindouros da RIHGB. Com seu texto sobre o estudo das línguas do Brasil, Varnhagen disciplina um estudo no interior do IHGB que se interessará pela produção de um saber sobre o indígena. É um discurso fundador das disciplinas filológicas, literárias que buscam estudar as línguas indígenas para o desenvolvimento da ciência e das letras nacionais. Um conhecimento sobre as línguas do Brasil vai sendo produzido no IHGB. Vejamos as propostas de Varnhagen (Reproduzimos na íntegra as propostas, pois elas contribuem para a compreensão da fundação de uma discursividade sobre o estudo indígena no interior do IHGB. Podemos perceber por esse texto como Varnhagen vai se constituindo como um autor legitimado para dizer e propor estudos sobre o Brasil)

Sendo de evidente necessidade, para se conhecer bem o Brazil e a sua historia, que o Instituto tanto tem em vista promover, quaesquer noções especiaes relativas aos indígenas d'este território, as quaes, além de pela sua natureza serem estranhas á *geographia physica* e *historia politica*, demandam aprofundado espirito e individuos que se votem com assiduidade, e quasi exclusivamente, a obter e juntar esclarecimentos *ethnographicos* acerca dos *autocthones* do Brasil, proponho:

Art 1º. Que no Instituto se crie uma secção de *Ethnografia* indígena, a qual se occupará dos nomes das nações (com a *synonymia* quando a houver) suas linguas e *dialectos*, localidades, emigrações, crenças, *archeologia*, usos e costumes, os meios de as civilisar, e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil e seus *circumvisinhos* comprehendendo igualmente as noções *geognosticas* e *conjecturas geologicas* que possam esclarecer a obscura historia d'este território antes do seu chamado descobrimento.

2º Esta secção será formada de dez socios effectivos escolhidos (em duas turmas cinco da ora secção de *Historia*, e outros cinco da de *geographia*, que n'isso conviverem).

§Único: Os membros da referida secção logo que approvados pelo Instituto ficarão desligados das secções a que antes pertenciam.

3º Cada uma das turmas da referida secção elegerá um representante para formar a respectiva *commissão especial*, que desempenhará funcções análogas ás das *commissões especiaes* de *Historia* e *Geographia*.

4º Para se levarem a effeito as disposições do art. 2º serão acceitos para a secção de *Ethnographia* os socios effectivos que espontaneamente se offerecerem e não chegando ao total o Sr. *Secretario perpetuo* consultará verbalmente ou por escripto outros socios até que seja completo o numero competente.

5º Os oito membros da secção que não forem da comissão especial, se encarregarão respectivamente e dois a dois de estudar com mais especialidade das ditas nações:

§ 1º O seu numero, nome e synonymia, segundo a ortografia dos diversos auctores e igualmente tentando esboçar uma carta ethnographica.

2º Sua língua, usos e costumes. Esta secção se encarregará de um glossário dos vocábulos indígenas vulgares.

3º Das conjecturas geológicas e archeologia.

4º Suas crenças e meios de civilização e cathequese.

5º Em igualdade de circumstancias, quando concorrerem escriptos para serem publicados pelo Instituto terão primazia os que disserem respeito a esta secção.

6º Esta secção proporá além disso para cada provincia um membro do Instituto para seu correspondente, com as noticias que seu patriotismo os levar a communicar. Estes diversos correspondentes gozarão das honras de sócios honorários do Instituto enquanto o Instituto assentar que devem exercer tal função (RIHGB nº 3, 1841, p. 62-63).

O texto de Varnhagen contribui para que seja criado um espaço em que uma memória nacional, dada pelo indígena, será representada na Revista do IHGB. Esse texto cria as condições para que um discurso científico sobre o indígena circule nas Revistas do Instituto. O trabalho de Varnhagen constitui os sentidos para as pesquisas sobre os indígenas e suas línguas.

Consideramos esse trabalho de Varnhagen publicado no Tomo 3 da Revista do IHGB como um discurso fundador. De acordo com Orlandi (2003, p. 07), o discurso fundador não se apresenta como já definido, mas sim como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem. Explícita a autora que, em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. A tarefa do analista “é então mostrar como é que eles [discursos

fundadores] se estabilizam como referência na construção da memória nacional” (ORLANDI, 2003, p. 07).

Orlandi salienta que devemos pensar o discurso fundador “como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido” (2003, p. 08). De acordo com a autora, os discursos fundadores são enunciados “que ecoam e reverberam efeitos de nossa história e em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica” (ORLANDI, 2003, p. 12), isto é, os discursos fundadores constituem os sujeitos e fazem com que eles adquiram uma significação.

No texto de Varnhagen, os indígenas passam a ser considerados como indivíduos que devem ser observados e sua língua documentada para que não se perca uma literatura nacional. Em seu trabalho, é mostrado que esse estudo é em prol da “catequização” e, principalmente, da “civilização” desses indígenas. Aqui, há uma retomada dos discursos dos jesuítas que, conforme Varnhagen, representam um modo de documentar, mesmo que com o gesto de catequizar, as línguas. A esses textos, é atribuído um primeiro gesto de documentação das línguas do Brasil. Contudo, como mostra Varnhagen, esses trabalhos realizados pelos jesuítas não são suficientes, uma vez que diversas línguas estão, no século XIX, a desaparecerem por não haver o estudo. De acordo Orlandi, uma das características do discurso fundador é:

a sua relação particular com a “filiação”. Cria uma tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (ORLANDI, 2003, p. 13-14).

O texto de Varnhagen cria na Revista do IHGB um lugar em que se poderá organizar uma produção sobre as línguas indígenas do Brasil. Retomando alguns dizeres dos jesuítas, funda uma nova discursividade que será guiada por diversos objetivos: documentar as línguas, os

costumes, os usos, as crenças, os meios de civilizar e catequizar os indígenas. É o passado e o presente constituindo o texto de Varnhagen e fundando uma discursividade para a Revista do IHGB. Nos textos, poderemos notar um dizer que retoma um passado, documenta o presente e projeta o futuro.

Conforme Orlandi (2003, p. 24), a marca do discurso fundador é a construção do imaginário que dá forma a um país. Porém, esse ritual é conflituoso. De acordo com a autora, “o discurso fundador se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento” (2003, p. 24). É, por fim, o discurso fundador que identifica uma cultura, uma raça, uma nacionalidade, é ele “que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância” (2003, p. 24).

Assim funciona o texto de Varnhagen. Esse texto institui regiões de sentidos sobre as línguas indígenas que inscreverá os trabalhos que serão publicados pela RIHGB. A Revista será, no século XIX, um lugar em que poderemos perceber a constituição de uma identidade/memória nacional. É a RIHGB que, de certa maneira, reconhecerá o que é nacional, patriótico, brasileiro. É a Revista um dos instrumentos que dará forma para um país ainda em formação. É nela que os sentidos sobre os indígenas e suas línguas circularão.

Efeito de fim

Neste artigo, buscamos, ao analisar o texto “Memoria sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas no Brasil”, de Francisco Adolfo Varnhagen, refletir sobre a fundação de uma discursividade (científica, civilizatória, linguística) sobre o indígena e suas línguas na RIHGB. Expondo brevemente sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Brasil de 1838, mostramos como há, na RIHGB, a institucionalização de um saber linguístico nacional, patriótico, brasileiro. Será a RIHGB um espaço de documentação de um saber sobre o Brasil que se constitui no século XIX tendo como memória seu passado de colonização/catequização indígena.

Referências bibliográficas

- GARCIA, D. A.; NUNES, J. H. A documentação e a divulgação do saber linguístico na Revista do IHGB. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 463-495, set./dez. 2011.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E. P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2003.
- “Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1: 5-8, 1839.
- “Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1: 18-20, 1839.
- VARNHAGEN, F. “Memoria sobre a necessidade do estudo e do ensino das linguas indigenas do Brasil”. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 3: 53-62, 1841.

Notas

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

¹ Para delimitarmos o modo como o *saber linguístico* aparece nos discursos da RIHGB, inicialmente, efetuamos uma leitura/análise de todas as Revistas do IHGB de 1839 a 1889 (em nossa periodização, 52 tomos). A metodologia empreendida em nossas análises foi uma leitura de arquivo, isto é, realizamos uma leitura de toda a produção da Revista do IHGB concernente ao período imperial brasileiro. É importante ressaltar que, inicialmente, nossa leitura foi *in-loco* (no próprio IHGB). Essa leitura não foi uma leitura informatizada, pois, no início de nossa pesquisa, o IHGB ainda não dispunha de uma versão digitalizada de suas revistas. Após esse contato com a revista, adquirimos nosso material de análise. Como etapa seguinte da metodologia, iniciamos a compreensão das RIHGB. Com base nessa compreensão, pudemos estabelecer domínios do corpus em que notamos como o saber linguístico vai participando da formulação dos textos publicados na RIHGB.

² Usamos como referência o texto *Lista dos membros do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (RIHGB nº 1, 1839, p. 120-121).